

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL
Nº 813.500 - SP (2015/0279289-4)**

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
EMBARGANTE : **ZELINDA TONI DE CAMARGO**
ADVOGADO : **ALEXANDRE RICARDO CAVALCANTE BRUNO** - SP180834
EMBARGADO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de Embargos de Divergência opostos por **Zelinda Toni de Camargo** em face de acórdão proferido pela col. **Primeira Turma**, de relatoria do em. Ministro **Sergio Kukina**, no julgamento do Agravo Interno no Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial.

Depreende-se dos autos que o Agravo em Recurso Especial não foi provido, por incidência da súmula 7/STJ.

Interposto Agravo Interno, foi declarado prejudicado monocraticamente pelo em. Relator, em razão da prolação de sentença de mérito nos autos de ação principal. Inconformada, foi interposto novo Agravo, sendo o **decisium** foi mantido pela Turma, conforme a seguinte ementa (fl. 266):

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DO OBJETO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que resta prejudicado, pela perda de objeto, o recurso especial interposto contra acórdão que examinou agravo de instrumento, quando se verifica a prolação da sentença de mérito, haja vista que nela a cognição é exauriente.

2. Agravo interno não provido."

Irresignada, foram aviados os Embargos de Divergência (fls. 277/640), indicando como paradigma os acórdãos dos AgInt nos EDcl no AgRg no Agravo de Instrumento n. 1.316.024 - SP, **Quarta Turma**, Rel. Ministra **Maria Isabel Gallotti**; REsp n. 780.510 - GO, **Terceira Turma**, Rel. Ministra **Nancy Andrighi**; REsp n. 1.188.728 - DF, **Segunda Turma**, Rel. Ministra **Eliana**

Calmon.

Sustenta a embargante que o Recurso Especial interposto visou a reforma do acórdão do Tribunal de origem, proferido em sede de Agravo de Instrumento, que não reconheceu a incompetência absoluta do Juiz Federal do Juizado Especial Federal, visto que superaria o teto da Lei n. 10.259/2001. Desse modo, a posterior prolação de sentença não pode prejudicar o julgamento do Recurso Especial em seu mérito, tendo em vista a matéria de fundo trata no recurso.

Requer, por fim, o conhecimento e provimento dos presentes embargos de divergência, com a prevalência do entendimento adotado nos acórdãos paradigmas
É o relatório.

Decido.

Destaco, primeiramente, que a divergência apontada com os julgados proferidos pela **Quarta Turma**, no AgInt nos EDcl no AgRg no Agravo de Instrumento n. 1.316.024 - SP, e pela **Terceira Turma**, no REsp n. 780.510 - GO, atraiu a competência da **Corte Especial**, nos termos do art. 11, XIII, do RISTJ, razão pela qual a análise do presente recurso restringir-se-á aos paradigmas em questão, devendo eventual divergência com o julgamento proferido pela **Segunda Turma** ser dirimida junto à **Primeira Seção**, conforme disciplina o art. 12, parágrafo único, inc. I, do RISTJ.

Feita tal ressalva, convém destacar que se trata de hipótese de não admissão do recurso, levando-se em consideração as seguintes premissas: 1) incidência da súmula 315/STJ; 2) ausência de cotejo analítico entre os casos postos em confronto.

Analisando os autos, impõe-se verificar que o órgão fracionário não adentrou no mérito do recurso especial, em razão da incidência da súmula 7/STJ, bem como pela perda do objeto em virtude da prolação de sentença de mérito no processo originário.

Tal situação atrai a incidência do enunciado n. 315/STJ, segundo o qual *"Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial."*

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido, somente nas hipóteses em que o mérito recursal do apelo especial é apreciado, que se mostram cabíveis, em tese, os embargos de divergência. Esta Corte, aliás, já firmou orientação no sentido de que a presente via não se presta a discutir regra de conhecimento do recurso especial.

Confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO APRECIACÃO DO MÉRITO DO APELO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 315 DESTA CORTE. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não têm cabimento, no caso, os embargos de divergência, porque não houve julgamento de mérito pelo acórdão embargado. Incidência do enunciado nº 315/STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg nos EAREsp 960.406/RS, Terceira Seção, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 30/05/2017)

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DE COTEJO ENTRE ACÓRDÃOS E EMBARGADO PARADIGMA. REEXAME DE REGRA TÉCNICA DE CONHECIMENTO. NÃO CABIMENTO.

1. A divergência não foi caracterizada, bem como não foi realizado o necessário cotejo analítico entre os acórdãos confrontados, de modo a demonstrar os trechos que eventualmente os identificassem. Assim, é insuficiente à comprovação do dissídio jurisprudencial invocado.

2. Não é possível discussão quanto aos requisitos de admissibilidade do recurso especial em embargos de divergência. Precedentes.

3. O acórdão impugnado não ultrapassou o juízo de admissibilidade, em razão da aplicação da Súmula 7/STJ. Todavia, o paradigma conheceu do recurso e examinou o mérito, o que obsta o processamento do dissídio. Agravo regimental improvido" (AgRg nos EAREsp n. 369540/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 23/9/2014, grifou-se).

Outrossim, insta consignar que o recurso também não comportaria processamento diante da falta do necessário cotejo analítico entre o acórdão embargado e os paradigmas citados, conforme dispõe o artigo 266 § 4º do

Superior Tribunal de Justiça

Regimento Interno desta Corte e o artigo 1.043, § 4º do Código de Processo Civil.

Os artigos acima preceituam que o Embargante " *mencionará as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados*". Tal requisito dos Embargos de Divergência denomina-se cotejo analítico, exigindo que o Recorrente demonstre a semelhança fática e processual, com conclusões diversas, com a finalidade de demonstrar a efetiva divergência entre os arestos, não bastando a mera transcrição de ementas e excertos dos acórdãos paradigmas.

Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CUSTAS INICIAIS. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. SÚMULA 168/STJ. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.

1. A divergência não foi caracterizada, uma vez que não foi realizado o necessário cotejo analítico entre os acórdãos confrontados, de modo a demonstrar os trechos que eventualmente os identificassem. Assim, é insuficiente à comprovação do dissídio jurisprudencial invocado.

[...]

Agravo interno improvido." (AgInt nos EAREsp 261.239/MT, Corte Especial, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/08/2016, grifou-se)

Ante o exposto, indefiro liminarmente os presentes embargos de divergência, o que faço com fulcro no artigo 266-C do RISTJ.

Oportunamente, encaminhem-se os autos à **Primeira Seção**, para exame da divergência remanescente com acórdão proferido no REsp n. 1.188.728 - DF, da **Segunda Turma**.

P. I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator